

Se as terras indígenas são também, segundo o Parágrafo 1º, Artigo 231, da Constituição Cidadã de 1988, aquelas que são utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem



estar e as necessárias à sua reprodução cultural, segundo seus usos; o terreno e a histórica construção que abrigou o Museu do Índio, o primeiro espaço que reuniu e conservou alguns dos nossos artefatos e instrumentos e também mostrou nossos costumes e práticas, são nossos.

Esse patrimônio deve pertencer, também, de forma protegida e garantida oficialmente, à coletividade, como valor insubstituível da cultura brasileira que reconhece a contribuição cultural dos povos originários aqui presentes desde muito antes do período pré-colonial. Tem que ser preservado e mantido para as populações que aqui habitam, o protegem e o defendem. Nossa permanência na aldeia é a afirmação da identidade e da necessidade de gestão autônoma que caracteriza todos os povos indígenas.

Nós, indígenas das diversas etnias que a Aldeia Maraka'nã representa, queremos mostrar a variedade de nossos valores sagrados, nossas culturas e nossos saberes, numa afirmação dessas particularidades étnicas, para oferecê-los à sociedade. Não oferecemos somente um espaço de confraternização no Município do Rio de Janeiro, mas também de intercâmbio com a cultura local em saberes, práticas, valores e pensamentos.

Contamos também com parentes capazes e preparados nas leis e conhecimentos da sociedade do homem branco. Desta forma, somos parte dessa sociedade urbana, exigimos respeito e desejamos que valorizem a importância dessa troca.

Seguimos fortes no propósito do reconhecimento de nossa cultura e dignidade como povo originário cujo sangue corre há milênios nesta terra, fecundando-a com seu saber e bravura. Cada vez que nos manifestamos em nossos cantos, nossa fogueira sagrada e na reverência a nossos Encantados, estamos renovando os passos para construirmos uma nova realidade, baseada no respeito e conhecimento, para ultrapassar a mera sobrevivência nesta terra e deixando no passado toda tortura, racismo e genocídio que atingem nossos povos. Esse lugar que serviu para mostrar à sociedade tradicional do século XX o que foi o indígena, agora é o local em que o próprio indígena mostra, à atual sociedade, o seu valor nela, através de nossas identidades e tradições, para todos os olhos que quiserem enxergá-lo.

Muito longe de sermos um "lixo urbano", como os inimigos da natureza e da vida nos chamam, a Aldeia Maraca'nã é um movimento vivo, uma comunidade que sobreviveu a séculos do massacre cultural e físico.

O que seria mais um mini shopping e mais um estacionamento, perante a riqueza ancestral, cultural e humana traduzidas no Tekohaw Aldeia Maraka'nã? A resposta exata, só se encontra nas mentes libérrimas, e não importa quantas vezes os povos indígenas sejam destituídos de suas posses, discriminados, silenciados e invisibilizados, eles encontrarão os meios para sua resistência, sobrevivência e ressurgência. E esse espaço também é na cidade. **Katu ahy!**



ALDEIA MARACANÃ - RJ

 ALDEIAMARAKANA.COM.BR

 [/ALDEIA.REXISTE](https://www.facebook.com/ALDEIA.REXISTE)

 [/TEKOHAWMARAKANA](https://www.instagram.com/TEKOHAWMARAKANA)

 [/ALDEIA.MARAKA'NA](https://www.youtube.com/ALDEIA.MARAKA'NA)

Rua mata Machado, 126 - Maraca'nã - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

TEKOHAW MARAKA'NÁ

UMA ALDEIA INDÍGENA MULTIÉTNICA
NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



CONHEÇA UM POUCO DE NOSSA HISTÓRIA,
NOSSAS IDÉIAS E NOSSAS PROPOSTAS PARA A CIDADE,
O ESTADO, O BRASIL E O MUNDO.



Nós, da Aldeia Maraká'na, existimos e reexistimos para que esse local de ponte entre as culturas originais e a cultura ocidental possibilite uma convivência benéfica para ambos os lados, preservando a natureza, a qual pertencemos. Baseados nesse sistema que respeita a natureza criamos a Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã. É a hora de mostrar a origem dessa iniciativa indígena na cidade do Rio de Janeiro.

Quem morava em nossas terras, antes dos primeiros colonizadores, há 520 anos atrás, não era considerado carioca, fluminense e nem brasileiro. As terras da cidade do Rio de Janeiro eram habitadas por diversos povos com costumes, idiomas e características físicas diferentes. Entendemos que somos parte da terra, e a ela devemos nos integrar num sistema único, jamais explorá-la e, muito menos, destruí-la, pois assim entendemos a natureza em seus ciclos de nascimento e morte. Já os colonizadores, enxergando-nos apenas como um obstáculo ao seu desejo de exploração de metais e produtos valiosos, trapacearam doutrinando, escravizando estrupando e matando em nome de um ideal "civilizatório".

A aldeia Jabeberacica, uma das mais aguerridas, é até hoje lembrada como símbolo da resistência indígena. Ela existia numa região povoada por grande quantidade de pássaros conhecidos pelos nativos como



palavras do português-brasileiro que estava surgindo. Ao final do século XVIII, a região estava ocupada por fazendas de engenho de açúcar que pertenciam aos jesuítas. As terras foram loteadas e colocadas à venda. Sabe-se que isso ocorreu, por exemplo, com antiga Fazenda de São Cristóvão, que abrangia a região do rio Maraká'na.

Sabe-se ainda que, em 1865, o terreno foi doado pelo duque e príncipe de Saxe, na época, marido da princesa Leopoldina, em 1886. Frisa-se que esses 14.300 mts² foram destinados de maneira Ad eternum para a pesquisa dos tubérculos e sementes e seus domesticadores, que são os indígenas. Apesar disso, em 1884, o prédio foi repassado para a construção do Derby Club, sendo utilizado para sua sede até 1889, quando voltou a ser usado para seu destino originário, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da República nascente.

No ano de 1910, o edifício abrigava um centro dedicado à pesquisa do cultivo de plantas nativas, validada, sobretudo, pelo conhecimento indígena. Criou-se aqui, também vinculado àquele Ministério, o Serviço de Proteção ao Índio, SPI, com a fachada de preservar e



"Maraká'na", ao longo das margens do rio que recebeu o seu nome e que, posteriormente, nomeou o bairro carioca, tendo enriquecido a língua portuguesa com sua influência em muitas

defender os povos originários da terra. O órgão, na verdade, seria utilizado para deter as lideranças e reprimir o movimento indígena.

No ano de 1953, as polêmicas em torno das questões dos territórios indígenas levaram a se criar aqui uma Sessão do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI e ainda nesse mesmo ano foi criado, também aqui, o primeiro Museu do Índio na América Latina por Darcy Ribeiro, feito pelo qual o prédio até hoje é lembrado.

Durante as décadas de 1950 a 1970, aqui também foi espaço de realização do Curso de Pós-graduação em Antropologia e do Curso de Graduação da Escola Nacional de Agronomia, sendo esta um dos embriões da futura Universidade Federal Rural do RJ.

Em 1960, os órgãos destinados à preservação e defesa dos povos originários foram levados para Brasília. O Museu do Índio continuou no prédio da Rua Mata Machado até 1978, quando foi transferido para o bairro de Botafogo, sob a alegação de que ali seria construída a estação de metrô Maracanã. À despeito do tombamento do imóvel ter sido proposto pela Procuradoria Federal.

Depois disso, a construção central ficou abandonada por quase 3 décadas - embora em seu terreno houvessem outros prédios, onde permaneceu ativo o Laboratório Nacional Agropecuário do Rio de Janeiro, o LANAGRO.

Em 2006, o Movimento Indígena da cidade do Rio de Janeiro formou o I Congresso Tamoio dos Povos Originários e decidiu instalar-se no território, pela memória dos moradores ancestrais e por considerar justa a ocupação de um lugar sagrado e tradicional de preservação da cultura originária. Transformando-se também, num espaço de acolhimento para os indígenas de passagem pela cidade e para os

descendentes dos antigos habitantes locais que estivessem em situação de risco ou exclusão social e sem condições de estabelecer-se em moradias dignas na cidade.

Desde então, nós, indígenas, que ocupamos o lugar, enfrentamos constantes investidas das forças de repressão que representam a especulação imobiliária. Ainda assim, a consciência de nossa missão num espaço tão simbólico de nossas tradições, permitiu a criação do primeiro espaço pluriétnico e intercultural, para a troca de práticas e saberes originários, que representa a diversidade das sociedades indígenas das mais de 300 povos e nações existentes,

atualmente, nas várias regiões do país. Nasce então, a Universidade

A questão indígena no Brasil sempre foi, e será fundiária.

Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã.

Hoje, no coração da área urbana do Rio, crescem nos nossos roçados, novamente, milho, aipim, feijão, abóbora, maracujá, batata doce e outras espécies que cultivamos, além de transmitir conhecimentos variados da riqueza cultural dos primeiros habitantes do país, como o ensinamento dos idiomas, cosmologias, artes e medicina sagrada.



Nossas atividades estão abertas a todos os povos irmãos, em eventos como visitas de grupos, escolas, encontros, rituais,

seminários, congressos, oficinas, rodas de conversa e palestras. Uma dos mais frequentes é a roda de debate Ciclo Sagrado Feminino, lugar de fala destacado do universo feminino, para a troca de experiências e discussão de temas atuais, assim como, atividades artísticas para crianças e contações de histórias lúdicas.

No início do ano de 2022, recebemos a Primeira Conferência Nacional de Saúde Mental dos Povos Indígenas, com participação de especialistas da área de psiquiatria e psicologia. Aqui acontecem eventos periódicos de apresentações de filmes, encenações teatrais, música e dança e o ensino de artesanato e técnicas indígenas. Além de outros de importância secular, como o seminário permanente "Marakás e Tambores", para troca de saberes sobre questões sociais que afligem indígenas e negros; o Congresso Intercultural de Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'na, o COIREM, que chegou à sua 3ª edição em 2018, com uma importância central para a agregação de várias etnias do país. Em 2019, Ano Internacional das Línguas Indígenas, ocorreu no mês de outubro, a 1ª Conferência de Línguas Indígenas ReXistência Aldeia Maracanã, que quase sempre terminam com a tradicional fogueira e cantos tradicionais, momento de partilha cultural com todos visitantes e apoiadores.

Todas essas iniciativas, que poderiam ser valorizadas como espetaculares na oferta cultural da cidade, aparecem, pelo contrário, como afronta às autoridades oficiais que estão aliadas aos interesses das grandes corporações capitalistas.

A cobiça sobre o território indígena, cresceu sobretudo, a partir das obras para a cidade receber os megaeventos esportivos que aconteceram entre 2013-2016. Nessa época, o território que, pela lei, pertencia à Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, órgão do Ministério da Fazenda, foi repassado ilegalmente ao governo fluminense (sob judge). A aldeia, sendo vizinha ao estádio Maracanã, era um obstáculo para a construção de um Shopping Center com estacionamento, contratado entre o então Governador Sérgio Cabral (atualmente preso) e a construtora Odebrecht.

Numa parte do território sagrado indígena, construiu-se uma passarela para o trânsito de torcedores, permitindo o acesso até uma área do Exército que foi desocupada para servir de estacionamento durante os jogos, além da covarde demolição dos prédios aonde funcionavam a LANAGRO. Terminados os eventos, o território voltou a ficar abandonado, ocasião em que decidimos realizar a retomada do nosso imóvel.